



Evento: XXVI Jornada de Extensão ▾

PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E CÍRCULOS DE DIÁLOGO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO RESPEITO MÚTUO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO CONTEXTO ESCOLAR ¹

Louize Strada Selle², Ana Carmela Franco Valente³, Caroline Bonatto⁴, Elisandra Priscila de Oliveira Monteiro⁵, Ester Eliana Hauser⁶, Fabrício Gamarra Araujo⁷, Patrícia Borges Moura⁸, Vitória Rayana de Oliveira Taborda⁹

¹ Projeto de Extensão Cidadania para Todos - Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUI.

² Aluna do curso de graduação de Direito da UNIJUI. Bolsista PIBEX/UNIJUI. E-mail: louize.selle@sou.unijui.edu.br

³ Aluna do curso de graduação de Direito da UNIJUI. Bolsista PIBEX/UNIJUI e PIBIC/UNIJUI. E-mail: ana.valente@sou.unijui.edu.br

⁴ Aluna do curso de graduação de Direito da UNIJUI. Bolsista PIBEX/UNIJUI. E-mail: caroline.bonatto@sou.unijui.edu.br

⁵ Aluna do curso de graduação de Direito da UNIJUI. Bolsista PIBEX/UNIJUI. E-mail: elisandra.monteiro@sou.unijui.edu.br

⁶ Professora orientadora. Mestre em Direito pela UFSC. Professora do curso de graduação em Direito da UNIJUI. Coordenadora do Projeto Cidadania para todos. e-mail: estereh@unijui.edu.br

⁷ Aluno do curso de graduação de Direito da UNIJUI. Voluntário. E-mail: fabricao.araujo@sou.unijui.edu.br

⁸ Professora do Curso de Direito. Mestre em Direitos Humanos pela Unisinos. E-mail: pmoura@unijui.edu.br

⁹ Aluna do curso de graduação de Direito da UNIJUI. Bolsista PIBEX/UNIJUI. E-mail: vitoria.taborda@sou.unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

As escolas são espaços fundamentais no processo de formação de sujeitos, emancipação humana e vivência de valores civilizatórios. Entretanto, ao analisar o cenário escolar atual, sob uma perspectiva crítica, verificam-se aspectos que contradizem essa visão, pois, muitas vezes, são também ambientes em que práticas discriminatórias e violências simbólicas ocorrem de forma sutil e velada, impactando negativamente a vivência de estudantes em função de sua origem social, gênero, identidade cultural ou orientação sexual.

Dessa forma, torna-se essencial o manejo de estratégias pedagógicas que favoreçam o diálogo, bem como a reflexão crítica para a desconstrução dessas violências. Este estudo propõe analisar o uso dos círculos restaurativos de diálogo como ferramentas metodológicas eficazes para promover o respeito mútuo, combater práticas discriminatórias e prevenir a reprodução da violência simbólica nas escolas.

O trabalho menciona o ODS 16 da Agenda 2030 da ONU, relacionado à promoção da paz, justiça e instituições eficazes.

METODOLOGIA

Para a confecção do presente trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica realizada por meio de coleta de materiais de leituras, a partir de sites, artigos e fontes eletrônicas que versam sobre o tema abordado, bem como análise de experiências durante rodas de conversas realizadas através do projeto “Cidadania para Todos”. O projeto atua em contextos escolares,



na educação para os direitos humanos e cidadania, valendo-se de ferramentas da JR, visando a gestão de conflitos, construção da cultura da paz e promoção dos direitos humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência, em sua concepção mais comum, é caracterizada como o uso intencional da força ou do poder com o propósito de causar dano físico, psicológico ou moral a outrem. No entanto, a violência não se restringe às formas explícitas ou físicas; ela também se manifesta de maneira sutil, disfarçada e institucionalizada. A essa forma de dominação invisível dá-se o nome de violência simbólica, conforme conceituado por Pierre Bourdieu (1989). A violência simbólica, sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, refere-se a mecanismos de dominação que se impõem de forma velada, por meio de discursos, gestos e práticas naturalizadas, legitimando hierarquias e exclusões. Trata-se de um mecanismo de controle social utilizado pelas classes dominantes, que impõem suas normas, valores e formas de comportamento como se fossem naturais, sendo reproduzidos de forma inconsciente pelos dominados.

Violência suave que ocorre onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global. Nesse sentido, o reconhecimento da legitimidade dos valores produzidos e administrados pela classe dominante implica o ‘desconhecimento’ social do espaço, onde se trava, simbolicamente, a luta de classes. (BOURDIEU, 1989, p. 15)

A violência simbólica se manifesta em diversos aspectos da vida social, incluindo as relações escolares. Ela está presente, por exemplo, na forma como se valoriza determinados tipos de conhecimento, padrões de linguagem e comportamentos, geralmente associados às classes sociais mais favorecidas (Bourdieu, 1989). A escola, nesse contexto, se torna um lugar de reprodução das desigualdades sociais. Ao privilegiar um único modelo cultural, ligado às elites, o sistema educacional tende a excluir, de forma silenciosa, aqueles que não se encaixam nesse padrão. A meritocracia escolar, ao ignorar os diferentes pontos de partida dos alunos, legitima as desigualdades. Diante dessa realidade “não é suficiente enunciar o fato da desigualdade diante da escola, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas.” (BOURDIEU, 1998, p. 41)

Uma das expressões mais evidentes da violência simbólica na escola é a violência de gênero, que frequentemente é negligenciada pelas instituições de ensino. A invisibilização desse tipo de violência contribui para a reprodução de estereótipos e papéis sociais que inferiorizam as mulheres. Bourdieu (1989) afirma que as mulheres, mesmo quando ocupam



os mesmos espaços que os homens, continuam sendo subvalorizadas, e seu trabalho, desqualificado:

E, depois de longas lutas das mulheres para fazer reconhecer suas qualificações, as tarefas que as mudanças tecnológicas radicalmente redistribuíram entre os homens e as mulheres serão arbitrariamente recompostas, de modo a empobrecer o trabalho feminino, mantendo, decisoramente, o valor superior do trabalho masculino. (BOURDIEU, 2012, p. 76)

Nesse cenário, a família também desempenha um papel essencial na reprodução das práticas machistas e da dominação masculina. Segundo Bourdieu, a violência doméstica é resultado direto dessa estrutura simbólica, e seus efeitos repercutem no ambiente escolar, afetando o desempenho e o bem-estar das crianças, pois “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça.” (BOURDIEU, 2012, p. 18)

Diante dessa realidade, é fundamental que a escola assuma um papel mais crítico, abrindo espaço para o debate sobre desigualdades e violências simbólicas, especialmente aquelas de gênero, o que requer a adoção de práticas que promovam a cultura da paz e fortalecimento das relações interpessoais. Nesse contexto, os círculos restaurativos oferecem um ambiente acolhedor de escuta, diálogo e responsabilização. Os círculos restaurativos não atuam apenas na solução de conflitos, mas também em sua prevenção, de forma que fortalece vínculos, desenvolve competências emocionais e promove respeito mútuo, substituindo práticas punitivas por ações dialógicas e restaurativas.

A violência que se configura dentro do espaço escolar, manifestada através do comportamento dos alunos, lança professores diante da confusão da possibilidade de um ensino libertador (caso seja esta a sua proposta) e de uma realidade insuportável, na qual os educadores recorrem a expedientes autoritários e até mesmo violentadores, a fim de manter a “ordem geral”. São estabelecidas regras, controles, punições e dominações para disciplinar os alunos em estados de rebeldia (OLIVEIRA E MARTINS, 2007, p. 95).

A Justiça Restaurativa (JR) propõe um novo olhar e uma nova forma de abordagem dos conflitos e das violências, propondo práticas que promovam a vivência de valores como respeito, honestidade, humildade, cuidado mútuo, responsabilidade, autenticidade e pertencimento. Os valores da JR são aqueles essenciais para relações saudáveis, equitativas e justas e, no âmbito das práticas de JR são eles que determinam o processo, e o processo é que torna visíveis os valores, tornando-os inseparáveis. (MARSHALL; BOYACK; BOWEN,



2005, p. 270). Partindo de perguntas norteadoras, às práticas de JR propõem espaços de reflexão que convidam a compreensão sobre os fatores causais da violência, os seus impactos na vida das pessoas, bem como a auto responsabilização (Marshall, Boyack e Bowen, 2025).

No âmbito do Projeto de Extensão Cidadania para Todos, desenvolvido pela UNIJUÍ, os círculos restaurativos são utilizados como uma estratégia para enfrentar a violência de gênero, o bullying e a violência em geral, visando a promoção da cultura da paz. Neles, professores, alunos e funcionários são convidados a refletir de forma coletiva sobre os conflitos vivenciados no ambiente escolar, desde sua origem à caminhos para superá-los. Durante os encontros os participantes compartilharam vivências nas escolas, relatando muitas vezes situações de desrespeito, exclusão, bullying e preconceito que enfrentam ou presenciam no ambiente escolar. Muitos desses cenários são manifestações de violência simbólica, como piadas que reforçam estereótipos de gênero, comentários que inferiorizam modos de vestir, agir ou falar, ou a indiferença diante das atitudes discriminatórias. Por serem sutis e naturalizadas, esses comportamentos tendem a ser minimizados ou até mesmo ignorados. No entanto, como alerta MARSHALL (2005, p. 18), “É a violência passiva que alimenta a fogueira da violência física”, essas violências silenciosas e a minimização das atitudes criam um ambiente favorável para a eclosão de violências mais graves.

Um exemplo concreto vivenciado em uma das rodas restaurativas promovidas pelo projeto em Escolas da Rede Pública de Ijuí, parceiras do projeto, ocorreu quando uma estudante do ensino médio compartilhou que frequentemente era constrangida pelos colegas. A fala da aluna comoveu os presentes e possibilitou que outros colegas reconhecessem comportamentos discriminatórios que antes não percebiam como violência. Ao evidenciar o sofrimento gerado pela violência simbólica, o projeto contribui para a transformação das atitudes e relações interpessoais dentro da escola. Nesse processo, é essencial o reconhecimento de valores como escuta ativa, responsabilidade e valorização das diferenças para uma convivência mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Cidadania para Todos, ao estimular espaços de escuta e diálogo, cumpre um papel essencial na construção de uma escola mais inclusiva, consciente e capaz de enfrentar



os mecanismos sutis de dominação simbólica. Dessa forma, a JR passa a ser uma prática cotidiana, vivida e compartilhada por toda a comunidade escolar.

Nessa perspectiva, constata-se, que pela natureza sutil e invisibilizada da violência simbólica ela representa um grande desafio nas escolas na promoção de um ambiente inclusivo e igualitário. A escola, como espaço de formação social, deve reconhecer seu papel no enfrentamento dessa forma de violência. Os círculos restaurativos demonstram-se como uma alternativa eficaz na substituição de práticas punitivas por rodas de conversa baseadas em escuta, respeito e auto responsabilização. São importantes instrumentos de reparação de danos e prevenção de conflitos, fortalecendo vínculos e promovendo a cultura da paz no ambiente escolar. Para o combate à violência simbólica não basta reconhecer sua existência, é necessária a implementação de ações concretas, educativas e coletivas que desestabilizem os mecanismos de dominação e promovam a cultura da paz no ambiente escolar. Neste contexto, a JR não repara os danos, mas ressignifica as relações ampliando possibilidades para uma educação mais humana e acolhedora.

Palavras-chave: Violência Simbólica. Escola. Gênero. Justiça Restaurativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- OLIVEIRA, E. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 90–98, jan./abr. 2007.
- BRANCHER, Leoberto. Práticas restaurativas: manual de práticas restaurativas. Porto Alegre, 2008. Apostila.
- MARSHALL, Chris; BOYACK, Jim; BOWEN, Hellen. Como a justiça restaurativa assegura a boa prática: uma abordagem baseada em valores. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. G. Justiça restaurativa. Brasília: Ministério da Justiça; PNUD, 2005.
- ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.